

## O perdão do Papa<sup>1</sup>

Paula Borges Santos

Investigadora do IPRI-NOVA

Durante cinco dias, de 24 a 30 de julho, o Papa Francisco realizou uma “peregrinação penitencial” ao Canadá para pedir perdão pelo envolvimento da Igreja Católica na gestão de escolas residenciais para nativos, desde 1883 até 1996. Aquela que poderá ter sido uma das últimas viagens do atual pontífice, visivelmente debilitado por razões de saúde, condensa o seu legado. Mas fracassou, nalguma medida, na mobilização e na empatia, dentro e fora do Canadá, dentro e fora da Igreja Católica.

Bergoglio trouxe para o seu pontificado a projeção das preocupações das margens e das periferias geográficas e culturais da Igreja Católica. A partir da sua identidade como cardeal argentino, algumas causas comuns ao Sul, especialmente à América Latina, ganharam evidência, entre elas a questão dos indígenas, que tem merecido o desenvolvimento de pastorais específicas por algumas Igrejas nacionais da região. Muito mediatizada, a viagem de Francisco ao Canadá não apontou uma nova questão - em 2015, aquando da sua visita à Bolívia, o papa já pedira perdão pelos crimes que naquele país se haviam cometido contra as populações indígenas -, mas permitiu-lhe a ampliação do tema muito além da América Latina e do mundo de língua espanhola (*La Civiltà Cattolica*, 2/16 de julho).

Com esta deslocação do papa, o Canadá transformou-se num exemplo da crítica e da reparação do que foram crimes decorridos nos processos de colonização. Um resultado inseparável do apoio de Francisco a uma certa visão progressista que questiona os passados coloniais e que se abre a um discurso que pode opor de modo irreconciliável evangelização e colonialismo. Esta posição papal interliga-se com o que tem sido o repúdio, em todo o seu pontificado, pelo que chama de “imperialismos exploradores” e por aquilo que se pode descrever como uma obsessão com a promoção de uma “Igreja popular”, aqui de rosto indígena. Se a crítica ao comportamento colonizador e a denúncia das arbitrariedades foi desde os anos de 1970 desenvolvida pela Igreja Católica universal e teve lugar no pensamento de vários papas, debruçados sobre o que sucedia no seu tempo, Francisco trouxe de novo o deslocamento dessa atenção para o passado.

Para além do tema de eleição da viagem, esta não deixou de refletir a atenção que o papa Francisco tem dedicado à proteção de menores. Com efeito, há três anos, face à multiplicação das denúncias em torno de casos de abusos sexuais de crianças e jovens por membros da Igreja Católica, o papa ordenou a criação de comissões de proteções de menores em todas as dioceses. O escândalo com os internatos canadianos também apresenta essa componente, ainda que prefigure várias outras violações de direitos das crianças. Desse ponto de vista, a viagem colocou na agenda a imperiosa atenção que merecem os menores e os seus cuidadores, ainda que sem contribuir para um esclarecimento eficaz do que se passou durante décadas no Canadá.

---

<sup>1</sup> Versão alongada.

Com o suporte de investigações científicas e judiciais já concluídas e disponíveis, teria sido desejável que o olhar direcionado para o passado repusesse rigor quanto às causas de morte daquelas crianças indígenas, que maioritariamente ocorreram por doenças, em especial a tuberculose, por subnutrição e afetação a trabalhos pesados, alegadamente praticados para cumprimento da sustentabilidade daquelas instituições, como era exigido pelo Estado canadiano que as sub-financiava (realidade que os próprios gestores religiosos, católicos e protestantes, à época, denunciavam). Contudo, o papa Francisco preferiu um discurso dominado simbolicamente pela ideia de “destruição cultural” das comunidades indígenas, portanto, de mensagem mais simples e fácil de comunicar, mesmo que imprecisa. Já no avião, de regresso à Europa, o papa evocou a polémica expressão de “genocídio cultural”, assumindo em ambiente informal (em resposta a um jornalista) o que nos seus vários discursos cuidou de não dizer.

Essa diferença de vocabulário dificilmente se pode explicar pela espontaneidade do pontífice. Sugere, antes, uma escolha deliberada de quem conhece bem as fracturas que a expressão suscita e que a viagem reabriu. O termo não só não é aceite por parte da classe política canadiana - recorde-se o chumbo da proposta da deputada do NDP, Leah Gazan, na Câmara dos Comuns, que pretendia que o Governo Federal reconhecesse o que aconteceu nas escolas residenciais como genocídio -, como tem sido repudiado por opinion makers e alguns militares, que participaram em ações humanitárias da ONU no Ruanda, e gerado divisões entre a comunidade católica local. Para a Igreja Católica do Canadá, o assunto tem vindo a revelar-se conflituante desde há várias décadas. A par de sectores alinhados com a necessidade de pedir perdão e de reparar os descendentes das vítimas, tem havido outros que sustentam uma crítica histórica mais aguda ao sistema na sua totalidade (a propósito destas posições alguns padres foram suspensos de funções, numa manifestação da cultura de cancelamento e auto-cancelamento que cresce em algumas dioceses do país) e denunciam a espiral de violência que tem atingido algumas igrejas católicas locais nos últimos meses (caso dos incêndios de templos, que têm ficado impunes).

Neste ambiente, esta viagem papal pouco ou nada contribuiu para a recuperação da unidade da Igreja Católica no Canadá. A agenda do papa esteve centrada, durante toda a sua permanência no país, nos intercâmbios e encontros com lideranças indígenas, em público e em privado. Num país com uma Igreja particularmente envelhecida e marcada por uma ideia de laicidade (popular também entre católicos) de que o fenómeno religioso não exige ser expresso na praça pública, o encontro com a comunidade católica, relegada para segundo plano nesta visita papal, no Commonwealth Stadium, sintomaticamente não registou adesão significativa. Os lugares vazios no estádio revelaram como esta viagem não teve o potencial mobilizador de muitas viagens de antecessores de Francisco, inclusive no Canadá, onde, por exemplo, em 1984, o papa João Paulo II já proclamara a dignidade dos povos indígenas e salientara que era tempo de perdão e cura (terminologia agora recuperada por Francisco), e de compromisso para construir novas relações com as comunidades indígenas.

Fora do Canadá, não obstante alguma simpatia demonstrada, diversos sectores do catolicismo também não consideraram essencial esta deslocação de Bergoglio, desde logo muitos membros do Vaticano. Em boa medida, essa atitude decorre da falta de novidade da questão e do arrastamento de um processo que é financeiramente cada vez mais pesado para a Igreja Católica. Por um lado, depois de João Paulo II, Bento XVI (em 2009) e o próprio papa Francisco (este ano, entre o final de abril e o começo de maio) tiveram encontros, em Roma, com representantes dos nativos do Canadá e haviam pedido perdão àquelas comunidades pela

situação vivida naqueles internatos. Por outro lado, porque a Igreja Católica do Canadá, na sequência do “Acordo sobre as escolas residenciais indígenas”, desde 2005, já despendeu 54 milhões de dólares canadianos com indenizações e serviços de cura e reconciliação. Tendo a Conferência Episcopal do Canadá, recentemente e já depois de o primeiro-ministro Trudeau publicamente ter considerado cumprido aquele acordo, criado um fundo de 30 milhões (naquela moeda) para novos projetos de reconciliação, intercâmbios e criação de monumentos que promovam a reconciliação e a reparação.

Pelo que um dos efeitos imediatos que a visita provocou manifestou-se no aumento de vozes sustentando que a Igreja precisará de equilibrar preocupações com processos de reconciliação com a atenção aos fenómenos nacionalistas e autoritários, emergentes entre os países da Europa Central e Oriental. Surgiram também alertas de que a Igreja Católica poderá ainda enfrentar acusações de hipocrisia, dada sua atual aparente incapacidade de se posicionar, na atualidade, perante a perseguição chinesa aos católicos. Para os críticos, um sinal real de que estas diligências do papa são questionáveis na sua eficácia está na insatisfação que o ex-presidente da Comissão Verdade e Reconciliação, Murray Sinclair, e alguns elementos das comunidades indígenas revelaram no final da visita, alegando que “o papa ainda não deu o passo de reconhecer o envolvimento de toda a Igreja Católica, como instituição, no sistema de escolas residenciais, preferindo falar da colaboração de “seus membros” ou “certos católicos” nessas escolas. Tal como lamentam que o papa não tenha abordado, pelo menos publicamente, a possibilidade de os museus do Vaticano devolverem objetos aborígenes que aí se encontram ou de abertura dos arquivos vaticanos sobre este tema (La Croix, 30.07.2022). Este último tópico, aliás, foi também salientado anteriormente por Trudeau, em reforço de apelos de representantes dos indígenas.

O pedido de mais resultados não surpreenderá a Conferência Episcopal do Canadá, nem o papa Francisco, uma vez que ocorre sucessivamente, a cada declaração e reparação realizadas. Porventura, a avaliar por afirmações da presidente do Conselho Nacional Métis do Canadá, Cassidy Caron, a “restituição” de terras por parte da Igreja Católica às comunidades indígenas poderá vir a ser uma próxima exigência (La Lettura, 08.05.2022).

Para já, a consciência moral da gravidade das violações de direitos humanos cometidas inibe (há décadas) uma discussão acerca dos limites materiais das compensações, perante mobilizações legais que são particularmente fortes e usufruem de grande mediatismo. Quantas gerações e quantas vezes é preciso compensar? Porque a reparação total, na realidade, não existirá nunca.